

**A DIMENSÃO EDUCATIVA E O FAZER PEDAGÓGICO NO MOVIMENTO DOS
TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA**

THE EDUCATIONAL DIMENSION AND THE PEDAGOGICAL DOING IN THE MOVEMENT OF
RURAL WORKERS WITHOUT LAND

DIMENSIÓN EDUCATIVA Y HACER PEDAGÓGICO EN EL MOVIMIENTO DE TRABAJADORES
RURALES SIN TIERRA

Ramofly Bicalho¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0571-6481>

Resumo

O presente artigo é fruto das pesquisas realizadas em educação popular na sua estreita articulação com os movimentos sociais, tendo a colaboração do Programa de Educação Tutorial – PET Educação do Campo e Movimentos Sociais, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Tem como objetivo central apresentar reflexões realizadas nos últimos anos acerca da dimensão educativa e o fazer pedagógico no contexto do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a formação dos educadores populares e sua participação enquanto seres históricos e culturais. Utilizamos, predominantemente, a pesquisa bibliográfica e documental, em especial, os Cadernos e as Cartilhas do MST. Concluímos que a educação popular, como práxis libertadora, é utilizada no processo de compreensão das lutas e demandas educacionais defendida pelo MST. Ela dialoga com os gestos, desejos, valores e a luta pela reforma agrária popular.

Palavras-chave: Educação Popular. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Formação Política e Pedagógica.

Resumen

Este artículo es resultado de una investigación realizada en educación popular en su estrecha articulación con los movimientos sociales, con la colaboración del Programa de Educación Tutorial - PET Educación del Campo y Movimientos Sociales, de la Universidad Federal Rural de Rio de Janeiro (UFRRJ). Su objetivo principal es presentar reflexiones hechas en los últimos años sobre la dimensión educativa y la práctica pedagógica en el contexto del Movimiento de Trabajadores Rurales sin Tierra (MST), la formación de educadores populares y su participación, como seres históricos y culturales. Usamos principalmente la investigación bibliográfica y documental, en particular Cuadernos y Cartillas del MST. Concluimos que la educación popular, como praxis liberadora, se utiliza en el proceso de comprensión de las luchas y demandas educativas defendidas por el MST. Dialoga con gestos, deseos, valores y la lucha por la reforma agraria popular.

¹ Doutorado em Educação (UNICAMP). Pós-Doutorado em Educação (UFF). Docente UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. E-mail: ramofly@gmail.com

Como referenciar este artigo:

SANTOS, R. B. A dimensão educativa e o fazer pedagógico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *Revista Pedagógica*, v. 23, p. 1-21, 2021.

DOI <http://dx.doi.org/10.22196/rp.v22i0.5574>

Palabras-clave: Educación popular. Movimiento de Trabajadores Rurales sin Tierra. Formación Política y Pedagógica.

Abstract

This article is the result of research carried out in popular education in its close articulation with social movements, with the collaboration of the Tutorial Education Program - PET Educação do Campo and Social Movements, of the Federal Rural University of Rio de Janeiro (UFRRJ). Its main objective is to present reflections made in recent years about the educational dimension and pedagogical practice in the context of the Landless Rural Workers Movement (MST), the training of popular educators and their participation, as historical and cultural beings. We predominantly use bibliographic and documentary research, in particular, the MST Notebooks and Booklets. We conclude that popular education, as liberating praxis, is used in the process of understanding the struggles and educational demands advocated by the MST. It dialogues with gestures, desires, values and the struggle for popular land reform.

Keywords: Popular Education. Landless Rural Workers Movement. Political and Pedagogical Formation.

INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende investigar a dimensão educativa e, ao mesmo tempo, o fazer pedagógico que o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra realiza, através da organização de seus militantes na construção de um projeto político-pedagógico emancipador para o país. Nesse aspecto, as histórias de vida e a memória constituem-se em mecanismos para fazer emergir os sonhos e as esperanças de cada trabalhador/a rural envolvido nesse processo, que será desencadeado pela via da reconstrução, resgatando as relações que os sujeitos guardam com o passado recente vivido. Importante sinalizar que as memórias podem superar os mecanismos de opressão e as injustiças na sociedade brasileira.

A proposta de implantação do Programa de Educação Tutorial – PET Educação do Campo e Movimentos Sociais, contribuiu nas intensas articulações com a Licenciatura em Educação do Campo – LEC na UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e os movimentos sociais no Estado. O PET, na sua interface com as diferentes áreas do conhecimento, possibilitou o desenvolvimento de inúmeras atividades interdisciplinares. O PET tem inúmeros objetivos, especialmente: 1) Conhecer a história das políticas públicas de educação do campo no Brasil, compreendendo os limites e as possibilidades de formação

nos movimentos sociais e nas escolas do campo. 2) Compreender a importância da cultura, da realidade local e das histórias de vida nos processos de formação dos educadores e educandos do campo no Estado do Rio de Janeiro.

O percurso da pesquisa se concretizou através de estudos críticos da documentação produzida pelo MST, considerando suas lutas por reforma agrária e educação popular. Na realização deste trabalho foi fundamental a reflexão em torno dos seguintes conceitos: educação bancária, educação libertadora e educação popular, impreterivelmente vinculada ao legado de Paulo Freire (1921-1997).

Freire e Torres (1992) entendem que as classes populares são detentoras de saberes não valorizados e excluídos do conhecimento historicamente acumulado pela sociedade. Os autores mostram a relevância de construir uma educação, a partir das histórias de vida, dos saberes e da realidade dos sujeitos, nas suas relações históricas e sociais. Nessa conjuntura, os saberes tradicionais e conservadores são ultrapassados, a partir da consciência crítica e emancipadora da classe trabalhadora e oprimida (MACIEL, 2011).

Segundo Brandão (2002) existem quatro possibilidades de reflexões acerca da educação popular. A primeira, está ligada ao não reconhecimento desta temática. A educação popular é compreendida como prática superada e distante dos saberes científicos. A segunda, encontra-se associada aos movimentos sociais, com um viés cultural, político e militante. A terceira, está vinculada à história da educação, tendo como referência principal, Paulo Freire. Ela se constituiu por meio das experiências de alfabetização popular direcionadas aos jovens e adultos das classes trabalhadoras e dos movimentos de educação de base. Foi reconhecida internacionalmente e compreendida como uma prática educacional extremamente relevante. Na quarta possibilidade, a educação popular é analisada na sua diversidade e atualidade educacional (MACIEL, 2011).

A metodologia de trabalho se apoiou numa perspectiva histórica e sociológica de investigação, buscando a explicação dos processos sociais, considerando a participação dos sujeitos, individuais e coletivos, enquanto seres históricos e culturais. Importa por isso ressaltar que esta não será uma pesquisa cujos parâmetros são dados pelas técnicas e procedimentos das ciências exatas. Seu cunho, como já foi dito, será eminentemente histórico e sociológico.

Elementos quantitativos, dados estatísticos, escalas e índices quando utilizados servirão para oferecer subsídios a uma análise qualitativa. Em decorrência do seu enfoque específico, este estudo teve como horizonte não a generalização de aspectos particulares das experiências realizadas, mas sim o entendimento das relações sociais concretas que se imbricam e que determinam a materialização das propostas políticas e pedagógicas em questão. Além da análise documental, utilizamos a pesquisa bibliográfica e, predominantemente, os Cadernos de Educação, nº 8 – Princípios da Educação no MST, Caderno de Formação, nº 30 – Gênese e desenvolvimento do MST e a Cartilha de Saúde, nº 5 – Construindo o conceito de saúde do MST. Esses documentos possibilitaram-nos diferentes maneiras de compreender as articulações entre reforma agrária, educação popular e Identidade Sem Terra, dando destaque à participação que os diversos sujeitos coletivos desenvolvem na luta pela terra, bem como, os limites e as possibilidades de sua ação política.

Nos espaços de formação crítica e reflexiva do Movimento, o fortalecimento da identidade de classe é articulado aos saberes da educação popular e as experiências vividas pelos sujeitos, individuais e coletivos. Esse é um procedimento pedagógico adotado na formação de lideranças preocupadas com a transformação social e protagonistas de sua própria história (BICALHO, 2018). A intenção social deste texto é contribuir com as possibilidades de esclarecimento e conscientização dos sujeitos, sabendo-se que tais processos de conscientização não acontecem de fora para dentro. Eles são bem mais complexos. Este artigo está inscrito no conjunto de esforços teóricos que dão conta do processo educativo de construção e formação de sujeitos coletivos, enaltecendo os processos históricos e pedagógicos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Neste texto incorporamos, predominantemente, as contribuições de Freire (1987). Percebemos que o educador é um “sonhador político” e que, como tal, acredita num modelo de sociedade onde as diferenças entre opressor e oprimido, podem ser superadas. É fundamental que os atores envolvidos nesse processo, tenham clareza política e coerência pedagógica na construção de uma nova sociedade. Paulo Freire defende uma metodologia que possibilite ao educando descobrir-se como homem e como sujeito histórico, exercitando sua cidadania ao refletir sobre a prática social.

1 DIMENSÃO POLÍTICA DA EDUCAÇÃO NO MST

Percebemos que as experiências de educação popular realizadas no MST, contribuem para gestação de embriões de democratização e socialização do poder. Tais experiências são fundamentais na superação dos desafios, na afirmação da identidade de classe e na construção-formação de coletivos emancipadores preocupados com o desenvolvimento de ambientes mais humanos. Tais ambientes cumprem um papel libertador e podem contribuir para emancipação humana, com novos espaços de liberdade, por onde ecoarão as vozes daqueles que, em nome da liberdade e da igualdade, sempre foram silenciados. As experiências de educação popular no MST relacionam-se com a inclusão de milhões de brasileiros que vivem no campo. Uma das primeiras publicações do setor de educação do MST, sinaliza que: “a educação precisa assumir as tarefas que lhe cabem neste processo de fortalecimento da organicidade, de clareza do projeto político dos trabalhadores e de construção prática e cotidiana da sociedade, da justiça social e da dignidade humana, em nosso país, em nosso continente, no mundo todo” (MST. Cadernos de Educação, nº 8. 2000, p. 18).

É possível perceber em nossa sociedade, no embate entre as diferentes classes, o desenvolvimento cada vez mais acentuado da exploração econômica, da exclusão social e da dominação política, ingredientes de um sistema que valoriza, unicamente, o capital, em detrimento do social. É consenso que a exclusão da terra e da educação contribuem para elevadas distorções sociais, incentivando a extrema e desonesta violência física e simbólica. Para Haesbaert (2004, p. 27): “A exclusão aviltante ou as inclusões extremamente precárias a que as relações capitalistas relegaram a maior parte da humanidade faz com que muitos, no lugar de compartilharem múltiplos territórios, vagam em busca de um, o mais elementar território, o da sobrevivência cotidiana”.

A conquista dos acampamentos e assentamentos da reforma agrária, e neles, a educação popular pelo MST, constitui parte de um processo nacional de disputa pela hegemonia, e inscreve-se como um dos componentes indispensáveis na estratégia das forças políticas em luta pelo alargamento da democracia na sociedade brasileira e pela socialização da política (COUTINHO, 2006). Nesta estratégia, a crescente participação dos

trabalhadores na vida política e a ocupação dos latifúndios improdutivos, reflete o processo de conscientização presente no Movimento. Para Coutinho (2011, p. 58-59):

[...] a obtenção de uma ampla hegemonia deve preceder a tomada do poder. A classe que se propõe uma transformação revolucionária da sociedade já deve ser dirigente (ou hegemônica) antes de ser dominante: 'Um grupo social – observa Gramsci – pode e aliás *deve ser dirigente* já antes de conquistar o poder governamental (essa é uma das condições principais para a própria tomada do poder); depois, quando exerce o poder, e mesmo que o conserve firmemente nas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser também 'dirigente'.

Para o MST, preocupado com a transformação da sociedade atual, é fundamental a valorização do ambiente coletivo como exercício de elaboração, tomada de decisão e gestão das ações definidas e implementadas pela maioria, através de mecanismos da democracia direta. É também um exercício de articulação das forças sociais dentro e fora da comunidade. A partir dessa construção crítica do conhecimento, outras formas de resistências e organização contribuirão para a intensa transformação da realidade social de descaso com os camponeses. Segundo Gohn (1995, p. 87), a dinâmica interna dos movimentos sociais vem se alterando:

As causas destas mudanças são várias, destacando-se a ascensão da oposição ao poder em 1982, em vários estados e municípios brasileiros. Isto resultou, em alguns casos, na incorporação de vários conflitos e oposições no interior de vários aparelhos estatais. Esta relação tem gerado duas tendências básicas. De um lado, temos a tendência de institucionalização dos movimentos, [...], e o conseqüente perigo da perda de sua autonomia. De outro, temos o avanço do movimento popular num sentido duplo: a aprendizagem política das próprias engrenagens do funcionamento do Estado e a crença de alguns grupos em sua capacidade de atuação e pressão para mudarem as políticas oficiais.

Nos congressos nacionais, o MST define alguns dos seus principais objetivos: lutar por uma sociedade sem exploradores; organizar os camponeses na base; buscar a participação igualitária da mulher; dedicar-se à formação de lideranças e construir uma direção política dos trabalhadores. Em cada vitória do Movimento, em torno da luta pela terra, educação, soberania alimentar e cooperativas, novos desafios estarão presentes. Nesse sentido, mais dedicação, responsabilidade e organização serão necessários para a continuidade das conquistas. Nos assentamentos e acampamentos do MST são discutidas

outras formas de organização social, produção agroecológica e orgânica, baseados em valores democráticos e princípios éticos coletivos.

Realizado este debate mais político, concentraremos nossas atenções nas questões de ordem educacional. Por outro lado, sabemos da impossibilidade de separar a história da educação, da história do MST, pois as dimensões políticas, econômicas, culturais e educacionais se entrelaçam e se determinam reciprocamente.

Para o MST, a educação popular deve ser trabalhada numa perspectiva transformadora, em diálogo com um projeto de sociedade mais justo e igualitário. Importante salientar que na maior parte das escolas do campo, as limitações de espaços físicos e a falta de condições mínimas de infraestrutura coletiva, acabam propiciando condições para forjar laços de solidariedade e gerando movimentos reivindicatórios em busca de soluções (BICALHO, 2016). Essa movimentação popular atrai inúmeros coletivos externos, contribuindo na organização dos sujeitos e na conquista de uma nova hegemonia que supere a exploração e as desigualdades presentes nas relações de produção capitalista, defendida pela Cartilha de Saúde nº 5 – Construindo o conceito de saúde do MST: “É importante fazer parte de uma organização como o MST que é a esperança de resistência para acabar com o projeto neoliberal – responsável por todas as doenças sociais, como a desigualdade, a miséria, o desemprego, a violência, o abandono e tantas outras doenças que destrói a saúde e a dignidade de nossa gente e causa o embrutecimento das pessoas” (MST, 2000, p. 12).

O MST tem realizado um trabalho extraordinário de mobilização popular e defesa dos interesses da população mais pobre e sofredora. Este gravíssimo problema é consequência da grande concentração de terras e renda nas mãos de uma minoria da população brasileira, contribuindo para que boa parte da população conviva, diariamente, com a extrema pobreza. Na Cartilha de Saúde nº 5:

Uma das coisas que essa sociedade desigual e injusta fez com a gente, foi nos embrutecer, criar dentro de nós o machismo, o trato duro e desrespeitoso com as mulheres, crianças e velhos. O individualismo, o racismo, a falta de solidariedade, são atitudes e jeitos de tratar as companheiras e companheiros, que só nos fazem apartar uns dos outros e se estranhar, e fazer a gente viver apartados uns dos outros, é o que mais quer esse sistema injusto (MST, 2000, p. 35).

O MST, nas suas lutas diárias, congressos, seminários e organicidade, oferece contribuições decisivas para a busca de caminhos e unificação das ações. Aqueles que por tantas vezes foram excluídos e oprimidos dos seus direitos, parafraseando Paulo Freire, são reconhecidos enquanto sujeitos, participam das assembleias, têm sua opinião respeitada e a autoestima elevada. As assembleias são espaços coletivos de reuniões, discussão, elaboração de raciocínio e conscientização política. Fortalecem a luta pela terra e as ocupações organizadas pelos camponeses. Para Sampaio (2001, p. 17): “este trabalho é tão importante quanto a pressão pela reforma agrária. Na verdade, os dois são inseparáveis: sem ocupações, protestos, lutas, o trabalho de formação política se esvazia. Sem luta não há combustível para energizar a mística e sem mística não há conscientização”. Elas contribuem para romper com a insegurança, pois partem-se do princípio da igualdade e respeito pela diferença entre as pessoas.

Com essa organização coletiva, o MST avança na construção do saber popular e na conquista da hegemonia pela classe trabalhadora camponesa (BICALHO, 2017). É através desse envolvimento que homens, mulheres, crianças, jovens, adultos e idosos, se conscientizam politicamente do seu papel, enquanto sujeitos históricos comprometidos com a formação política, em diálogo constante com a diversidade de camponeses e seus movimentos sociais, igrejas, partidos políticos, sindicatos, associações de moradores, escolas do campo e universidades públicas. O trabalho coletivo está presente em todas as instâncias de organização do acampamento, assentamento, congressos, entre tantos outros espaços. Segundo Fernandes (1999, p. 39): “A compreensão de que nenhum movimento social consegue progredir se não se preocupar com o estudo, com o conhecimento científico, com o conhecimento de sua realidade e com a formação de seus militantes e lideranças”.

Os cursos oferecidos pelo Movimento têm a clara intenção de contribuir na formação política dos militantes, proporcionando espaços de atuação desses sujeitos e o fortalecimento do próprio Movimento. O calendário de atividades dos cursos funciona de maneira integrada, privilegiando a Pedagogia da Alternância. Num período, os educandos/as estão em aula e no outro aprofunda a teoria, a partir de trabalhos vinculados aos seus assentamentos e acampamentos. As vagas são pouquíssimas e, geralmente, giram em torno de três por estado. A organização do curso é feita pelos educandos/as, em

especial, os recursos, a mística, os horários, a elaboração dos programas e algumas discussões metodológicas. Quase tudo é construído e providenciado coletivamente. A parte que cabe ao MST são os documentos, contatos, a experiência adquirida na organização de outros cursos e o espaço físico.

Os encontros culturais são atividades sempre incentivadas. Eles possibilitam o contato intenso com palestras, músicas e poesias que contribuem para o enriquecimento e valorização da vida no campo, necessário no estímulo e participação dos educandos/as. Durante os encontros, cursos e atividades gerais é possível perceber, constantemente, uma organização inicial da mística, possibilitando um clima de bastante animação e reflexão. Segundo a Cartilha de Saúde nº 5: “Estamos conquistando a Terra e construindo ambientes agradáveis, bonito onde as pessoas possam opinar com liberdade, sem vergonha de mostrar o que sabem e orgulhar-se de ser da terra e estar contribuindo para a construção da Reforma Agrária e de uma nova sociedade” (MST, 2000, p. 13).

Se fazer presente na vida da escola do campo é um dos ícones defendidos pelo Movimento. Presença de educadores/as, educandos/as, pais, mães e comunidade em geral. Nessa conjuntura, é possível avançar na construção de novos valores culturais, como o teatro, a música e a poesia. Ter a sensibilidade de organizar a escola do assentamento e acampamento é muito relevante. Por outro lado, atenção para não cair nas improvisações. Ela pode levar todo um longo trabalho ao fracasso.

Sabemos que a formação de professores, em diálogo com os princípios defendidos pelo MST é, apenas uma, de suas inúmeras dificuldades. No entanto, mesmo com tantas dificuldades, existe serenidade e tranquilidade nas atitudes dos Sem Terra, na recepção aos convidados, nos cursos ministrados e convívio com as comunidades ao redor dos assentamentos e acampamentos. Nessa estreita relação, os sujeitos aprendem, ensinam, organizam-se, pesquisam e tomam decisões baseadas na construção crítica do conhecimento. Seus avanços e recuos, sucessos e fracassos são compartilhados coletivamente.

Na formação dos militantes é privilegiada a criticidade e a conscientização das atribuições a eles direcionadas, seja na relação com o Movimento ou nos embates com as autoridades políticas e comunidade. A formação política é percebida na luta pela terra. Os

sujeitos do processo rompem com a submissão, carência e exclusão social que afetam os camponeses. Segundo Masselli (1998, p. 44):

Os trabalhadores vão aos poucos compreendendo que não saíram da terra simplesmente porque fracassaram, mas sim porque foram expulsos; que o fato de não terem acesso aos recursos financeiros para plantar e de acabar perdendo a terra não é obra do destino, mas sim de políticas públicas discriminatórias. Ao se descobrirem coletivamente discriminados, privados em seus direitos de cidadãos, os trabalhadores unem-se em torno da luta pela superação dessa condição oprimida.

Na relação diária educandos/as crescem com o convívio, conversam, dançam, discutem, contam suas histórias de vida, dificuldades e problemas. Nessas trocas, aprofundam, crítica e conscientemente, os seus saberes e posicionamentos. O isolamento, a baixa estima e o silêncio são vencidos. A auto estima e o coletivo são fortalecidos. Com a organização do trabalho, educandos e educandas, crescem e amadurecem, ampliando o senso de responsabilidade e o envolvimento nas atividades coletivas. Carregam suas histórias de vida, com seus valores, princípios, problemas e virtudes. São seres únicos.

2 EDUCAÇÃO POPULAR E LIBERTADORA NO MST

É estratégico pensar uma educação diferenciada para acampados/as e assentados/as que contribua para formação política e consciência crítica. Uma educação que os sujeitos participem das decisões a seu respeito e, dialogicamente, dos debates, com espaços de discussão e cobrança dos seus direitos, deixando de ser apenas objetos de políticas públicas impostas, na sua grande maioria, de cima para baixo.

A educação libertadora é uma ferramenta importante na luta pela valorização dos sujeitos, individuais e coletivos. Ela estabelece relações de reciprocidade e respeito aos educadores/as e educandos/as. Enfrenta a reprodução do autoritarismo e das relações de dominação. Na educação libertadora, cresce a possibilidade de construção dos saberes da educação popular, necessariamente, valorizados e respeitados. Ela possibilita um olhar problematizado para a transformação da realidade. Nessa tomada de consciência, caminhar juntos é imprescindível, numa comunicação que aprofunde o diálogo horizontal.

Infelizmente o diálogo vertical ainda é muito presente. Ele contribui para a passividade e obediência do trabalhador.

Nessa conjuntura, é possível articular educação libertadora com educação popular na escola pública. É fundamental o diálogo entre o currículo emancipador de uma escola pública democrática, as histórias de vida de educadores, educandos e suas memórias. É direito dos sujeitos ter uma produção intelectual diversificada. O processo educativo pode ser realizado em diferentes espaços. Nesse sentido, como a educação popular pode contribuir para os encaminhamentos e a superação das desigualdades sociais? Importante perceber que o Estado capitalista, no confronto com a educação popular, jamais vai aceitá-la, mesmo quando ele oferece algumas benesses, pois seus objetivos são completamente distintos (BICALHO, 2018).

Na educação libertadora, o sujeito atua criticamente na realidade, com uma presença curiosa perante o mundo. Ele se preocupa com a formação crítica e não apenas com a transmissão fria, autoritária e conservadora do conhecimento. A produção de tal conhecimento deve estar diretamente conectada com a realidade, problematizando sua dimensão histórica. No caminho de concretização da consciência crítica está a efetiva união entre teoria e prática, ação e reflexão. A educação libertadora e emancipatória é uma ameaça para os conservadores, pois trabalha com o pensamento crítico, a formação consciente e crítica da realidade, incentivando a prática da resistência e dos estudos.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra vem se esforçando para possibilitar, nos assentamentos e acampamentos, a praticidade dos seus princípios filosóficos e pedagógicos. A educação para transformar a sociedade é um dos princípios trabalhados pelo Movimento. Ela visa uma formação política que contribua para inserção dos sujeitos na sociedade, enaltecendo a consciência de classe. Educar para cooperação, tendo como base a realidade do meio rural, pode possibilitar encaminhamentos para resolução coletiva dos problemas que afligem os trabalhadores e as trabalhadoras do campo. Combinar teoria e prática é outro princípio pedagógico defendido pelo Movimento. Ele articula e resgata uma diversidade de valores culturais. Partir da realidade mais próxima e alcançar a mais ampla é outro princípio pedagógico estratégico.

Os educandos/as, em formação, se deparam com uma organização de estudo que privilegia os processos educativos, políticos, econômicos e culturais, compreendendo de

maneira mais ampla e consciente a realidade. Segundo Póker (1994, p. 120): “Dominar o saber formal constitui-se, de fato, numa fonte de poder, num privilégio efetivo, principalmente junto àqueles que dele necessitam para superar problemas reais. Da mesma forma, não dominar esse saber numa sociedade organizada por meio dele, implica a passividade, o sentimento de impotência, a submissão”.

Importante novamente sinalizar que a construção do conhecimento não é neutra. Ele foi produzido em determinadas situações e com objetivos bem específicos. Nesse sentido, é indispensável a sua problematização, atento às especificidades do território, região, assentamento ou acampamento. Respeitar as diferenças é sempre uma bela estratégia. Ela aparece como momentos significativos na construção do saber. As individualidades de assentados/as e acampados/as são incentivadas, com o objetivo de superar os seus limites, e assim, fortalecer o coletivo nos embates e avanços políticos.

A educação popular pode contribuir na construção do saber libertador, através das histórias de vida dos sujeitos, suas trajetórias de lutas e conquistas, dignidade humana, cidadania e o prazer em trabalhar na terra. Como consolidar uma educação cidadã numa sociedade em que a cidadania é negada a toda hora? Importante ter os educandos, educadores, pais e comunidades participando dos processos democráticos na luta por boas escolas do campo para todos. Não há como fazer uma educação popular e democrática sem investimentos. Inclusive, a democratização das instituições universitárias. No Brasil se discrimina por classes sociais, gênero, questões geográficas e raça. A discriminação social é muito profunda no ensino superior. Para Brandão (2006), a educação popular é o reencontro de esperanças e liberdade. Um outro mundo é possível e cabe a cada um de nós, educadores/as e educandos/as, a transformação desse espaço. Somos livres quando nos unimos e juntos podemos construir uma sociedade mais humana.

Segundo Freire (1987): “ninguém opta pela miséria e pela tristeza; ninguém é analfabeto por opção”. É possível pensar na educação como prática da liberdade, conquista da paz e respeito às diversidades. Esses valores devem ser ensinados e praticados na escola pública, com o objetivo de emancipação dos sujeitos. Uma educação como prática do ser e de transformação. Uma educação como ato político. Nessa conjuntura, é possível viver a esperança e a partilha, fundamentos opostos ao mundo da exploração do trabalho.

Uma das preocupações das escolas do campo nos assentamentos e acampamentos do MST é a inclusão social (BICALHO, 2016). O estímulo à educação emancipadora é prioridade nos projetos coletivos voltados para agricultura familiar, orgânica e agroecológica, a pecuária, o desenvolvimento sustentável e a saúde comunitária. Estes papéis, desempenhados por intelectuais orgânicos, implicam conhecimento, consciência crítica, atitudes decisórias, liderança e organização. Tais intelectuais são os poetas do povo, contadores de histórias e narradores da memória histórica, na luta por educação, trabalho e reforma agrária.

Compreender o intercâmbio entre a conquista da terra e a educação popular é fundamental na organicidade do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A conquista dos direitos sociais se processa quando os sujeitos, individuais e coletivos, tornam-se participantes das lutas por reforma agrária e escola pública. A conquista da terra está diretamente relacionada com a melhoria da qualidade de vida, em todos os seus aspectos. Ademar Bogo na poesia: “Quando chegar na terra”, afirma que a luta não acaba com a conquista da terra. Ela está apenas iniciando: “quando chegar na terra, lembre-se de quem quer chegar. Quando chegar na terra, lembre-se que tem outros passos para dar”.

3 A DIMENSÃO EDUCATIVA DA LUTA PELA TERRA

A luta pela terra é um projeto de transformação não somente econômica. Ela compreende a possibilidade dos sujeitos, individual e coletivo, atuarem no processo de transformação da realidade. A organização social que prevalece nos acampamentos e assentamentos pode contribuir para valorização do trabalho coletivo e formação de sujeitos históricos na luta pelos seus direitos, fortalecendo o Movimento numa perspectiva libertadora. Os acampados passam a ser compreendidos em toda sua dimensão, valorizando seus conhecimentos de vida, cultura, histórias e valores. São sujeitos do seu processo de conquistas, autonomia e liberdade. Segundo Oliveira (1999, p. 9):

Trata-se, pois, de uma luta de expropriados que na maioria das vezes experimentaram a proletarização urbana ou rural, mas que resolveram construir o futuro baseado na negação do presente. Não se trata, pois, de uma luta que apenas revela uma nova opção de vida para esta parcela excluída da sociedade brasileira, mas revela muito mais, revela uma estratégia de luta acreditando ser

possível hoje a construção de uma nova sociedade. Uma nova sociedade dotada de justiça, dignidade e cidadania.

Presenciamos nos acampamentos e assentamentos espaços de reflexões, socialização dos saberes da terra e acadêmicos. Intensa articulação entre prática, teoria e prática, possibilitando uma maior conscientização política, enquanto sujeitos históricos e reflexivos, acerca da realidade. Falar, ouvir, discutir, discordar e propor fazem parte do cotidiano dos acampados e assentados. Os conflitos de ideias fortalecem os sujeitos e o Movimento na sua trajetória de lutas, resistência e formação política. As reflexões são organizadas tendo como base a realidade dos acampados, suas dificuldades, situação política, econômica e social. Para Fernandes (1999, p. 28): “as conquistas de frações do território efetivadas pelo MST e as transformações causadas nas vidas das famílias sem-terra, que são ressocializadas quotidianamente por meio de experiências de luta e resistência, sempre foram produzidas pelas formas de organização dos próprios trabalhadores”.

Nas ocupações, a presença da família faz a diferença em favor do Movimento. Sem as mulheres, crianças, jovens e idosos, a luta fica fragilizada. A ocupação é um momento singular de compreensão política e social para todos os envolvidos. Ela possibilita a construção de novas experiências no enfrentamento das lutas, em especial, o lado emocional e a coletividade que se constrói em torno desses propósitos. Na ocupação saltam aos olhos, a miserabilidade com que se organizam os acampamentos. No entanto, esses são espaços de resistências, lutas e conquista da terra. Esse é um momento único de conscientização, organização, autonomia e dignidade humana. Os sujeitos do processo participam das suas escolhas pessoais e coletivas. Para Oliveira (1999, p. 11):

Móvel, movente, flexível, assim é a luta travada pelos Sem-Terra. Os acampamentos, as caminhadas, as ocupações, são processos que fazem a luta mover-se pelo território apropriado privadamente pelos proprietários de terra e ou pelos capitalistas. É como se eles não estivessem em lugar nenhum e ao mesmo tempo estivessem em todos os lugares onde há a necessidade de erguer uma bandeira do Movimento. São homens, mulheres, crianças que fizeram da opção pela terra uma luta cotidiana sem fim. Por isso eles brotam por todos os cantos cantando seus hinos de guerra. A sua luta especializou-se, espacializando com ela a luta pela cidadania.

Igrejas, partidos políticos e sindicatos são parceiros na luta pela reforma agrária. Entretanto, não são os sujeitos realizadores. A concretização desta luta é realizada pelos camponeses. A luta pela Reforma Agrária vai além de conquistar a terra. É uma luta por cidadania e trabalho para que os camponeses se vejam livres da exploração e da miséria presente no meio rural. Segundo Freire (1987, p. 30):

Essa luta somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscarem recuperar sua humanidade, que é uma forma de criá-la, não se sentem idealisticamente opressores, mas restauradores da humanidade em ambos. E aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos opressores. [...]. Só o poder que nasce da debilidade dos oprimidos será suficientemente forte para libertar a ambos.

A participação, por exemplo, das mulheres e crianças nas assembleias e reuniões é extremamente significativo no MST. Essa participação consciente, é coerente com os princípios do Movimento. Elas são mobilizadas a participarem com novas práticas, autovalorização e coragem no combate às ideias do destino e do fatalismo por não possuírem terras.

O acampamento é o espaço destinado para aprendizagem, comunicação, organização das tarefas e exercício da disciplina, na conquista de uma sociedade mais justa, menos desumana e sofrida. O entrosamento entre cidade e campo é essencial. Os conflitos, as dificuldades e a violência acontecem mais intensamente no campo, no entanto, as decisões tomadas concentram-se, em sua grande maioria, nas cidades. Nelas são assinados os papéis e toda uma burocracia até a desapropriação e conquista da terra. Essa articulação valoriza a coletividade, intensifica a mística, incentiva a utopia, os sonhos e o fortalecimento da Identidade Sem Terra. Para Fernandes (1999, p. 25):

A ocupação é uma ação que inaugura uma dimensão do espaço de socialização política: o espaço de luta e resistência. Esse espaço construído pelos trabalhadores é o lugar da experiência e da formação do Movimento. A ocupação é movimento. Nela, fazem-se novos sujeitos. A cada realização de uma nova ocupação de terra, cria-se uma fonte geradora de experiências, que suscitará novos sujeitos, que não existiram sem essa ação. Na realização da ocupação, os sem-terra sem, ainda, conquistarem a terra, conquistam o fato: a possibilidade da negociação.

Na luta pela terra, em sua grande maioria, as relações de dominação são constatadas, pois os direitos básicos dos sujeitos não são respeitados. Inúmeras políticas de favores e promessas são incentivadas por latifundiários e autoridades, oferecendo sementes, cercas, luz, escola e casa. Segundo Sue (2004, p. 336): “A maioria dos sem-terra vem de um mundo de exclusão e de extrema pobreza no qual, a despeito da democracia formal do Brasil, as famílias não têm direitos. Não decidem o que comem, onde moram ou como trabalham. Não participam das políticas adotadas nas escolas frequentadas pelos filhos ou nos hospitais que são atendidos”. O campo brasileiro é repleto de tensões, injustiças e desigualdades. Inúmeras são as articulações organizadas pelos latifundiários, com o objetivo de desmobilizar os camponeses sem terra. Essas estratégias fortalecem a concentração da estrutura fundiária.

As diferentes cercas da questão agrária são analisadas no Caderno de Formação nº 30 – Gênese e desenvolvimento do MST: “a primeira cerca é a de arame, é a cerca do latifúndio, são as cercas das terras devolutas e das terras que não estão sendo utilizadas em sua função social. A segunda cerca é da violência programada, é a cerca dos pistoleiros, é a cerca dos massacres anunciados, é também a cerca da persistente militarização da questão agrária. E assim os sem terra enfrentam a terceira cerca: a cerca do poder judiciário” (MST, 1998. p. 45).

Importante frisar que a consciência crítica é conquistada no decorrer do tempo, com avanços e recuos. Não é de maneira mecânica que assentados e acampados da reforma agrária transformam-se em sujeitos conscientes e críticos. O avanço em direção a criticidade é contraditório, sobretudo, pelo fato da crítica conviver constantemente com a opressão. Tal contradição não se apaga com facilidade. Sua superação exige resistência e disciplina. A tomada de consciência se faz presente quando os sujeitos participam, criticamente, na luta pelos seus direitos, descruzando os braços e enfrentando seus problemas, ao invés de aguardar passivamente alguma solução divina. Tais atitudes questionam a ordem vigente conservadora. A consciência crítica é analisada na Cartilha de Saúde nº 5:

Antes vivíamos separados e desorganizados, cada família, sozinha, ia remediando um problema aqui, outro lá e se sentia pequena e fraca: a falta de emprego, de terra, de casa, de roupa, de escola. A fome e a doença apertando e a revolta

crescendo. [...] isso aumentava a solidão e o isolamento. A gente ia se encolhendo, se escondendo, achando que a culpa era nossa, que a gente não era capaz. E fugia, muitas vezes, para a bebida, que trazia a violência para dentro de casa e despejava na mulher e os filhos a culpa e a revolta. [...] com tantos problemas parecidos, era cada um por si. Ficamos embrutecidos e individualistas com a opressão e o abandono. Hoje: no lugar da mesquinhez e do individualismo, de pensar só na gente, estamos conhecendo e aprendendo a solidariedade, a pensar no coletivo, na comunidade. Em dividir responsabilidades (MST, 2000, p. 15).

Somente pressionando os órgãos públicos, estado, autoridades e ocupando o latifúndio improdutivo, os sujeitos, individuais e coletivos, conquistarão os seus direitos, rompendo com a submissão imposta aos trabalhadores/as. Nessa conjuntura, acampados/as e assentados/as cobram, conscientemente, os seus direitos sociais e rompem com as atitudes de súplica em relação ao Estado autoritário.

As reivindicações, com o apoio da comunidade, utilizam-se de várias estratégias, como por exemplo, as marchas, ocupações de prédios públicos e as pressões feitas às autoridades. Rever os companheiros de lutas também é muito importante na renovação das forças e estímulo nos momentos de incertezas e dificuldades. A música, sempre muito utilizada nos acampamentos e assentamentos do MST, serve de renovação dos sonhos, utopias, ideais e valores da dignidade humana. Enaltece o coletivo, reconhece a realidade dos camponeses e valoriza sua cultura. Importante ainda ressignificar a memória das Ligas Camponesas, Guerra de Canudos, Zumbi dos Palmares e demais lutas de resistência no Brasil, entoadas na canção: *Che, Zumbi, Antônio Conselheiro, na luta por justiça somos todos companheiros*.

A Cartilha de Saúde nº 5: Construindo o conceito de saúde do MST, sinaliza que a música, teatro, dança, pintura, poesia e festas populares celebram momentos de conquistas e vitórias, contribuindo para desenvolver a criatividade e habilidade artística, além do fortalecimento da identidade histórica e cultural. Segundo essa mesma cartilha: “É através de momentos de arte e beleza que cultivamos novos sentidos para a caminhada e preservamos nossa história” (MST, 2000, p. 19).

Valorizar o ser humano, em todos os seus aspectos, seja ele emocional, cultural, político ou econômico, é essencial na compreensão da pedagogia do erro e no fortalecimento da consciência crítica. Essas estratégias de atuação desenvolvidas pelo Movimento possibilita o engajamento dos militantes, como sujeitos autônomos do

processo. Nesse sentido, impor limites de maneira autoritária, sem a necessária construção coletiva, não colabora no avanço democrático vivenciado pelo Movimento. Essa consciência em não pular etapas, é muito importante no processo de busca e conquista da cidadania plena, pois cada acampado/a e assentado/a tem o seu tempo particular de amadurecimento e reflexão das ideias. Ou seja, a reprodução das relações de paternalismo dificulta a formação política dos sujeitos.

Por fim, Paulo Rufino, na poesia: O Canto da Terra (FERNANDES, 1999, p. 53), afirma: “Dos campos, das cidades, das frentes dos palácios, os Sem Terra, este povo de beira de quase tudo, retiram suas lições de semente e história. Assim, espremidos nessa espécie de geografia perdida que sobra entre as estradas, que é por onde passam os que têm onde estar, os Sem Terra sabem o que fazer: plantam. E plantam porque sabem que terão apenas o almoço que puderem colher, como sabem que terão apenas o país que puderem conquistar”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acampamentos e assentamentos da reforma agrária são espaços de construção democrática do saber. Indispensáveis às transformações políticas, econômicas e sociais. Territórios de anseios e esperanças de uma vida mais digna e justa. Cenário de trocas e vivências, criação de vínculos e afetividades, pertencimento, construção e afirmação da Identidade Sem Terra. Um reservatório de sonhos, que enaltece as histórias de vida, as memórias, o trabalho coletivo e a educação popular. Para Fernandes (1999, p. 25): “Dessas experiências nascem o conhecimento, a consciência, a forma de organização e a resistência, enfim, a identidade de classe, desmistificando a aparência e transformando/conquistando uma nova realidade social”.

Mesmo com todas as privações políticas, sociais, culturais e econômicas presentes nos territórios da reforma agrária e a dominação completa do poder político e econômico pela burguesia, as lutas e resistências dos camponeses, pelos seus direitos e a conquistas da cidadania, permanecem. Os avanços e recuos, vitórias e derrotas são assumidas pelos sujeitos, individuais e coletivos, envolvidos, direta ou indiretamente, com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Para Fernandes (1999, p. 25) “Logo, é no interior desse

processo desigual que se desenvolvem a exploração econômica, a exclusão cultural e a dominação política, gerando os conflitos e as mais diversas formas de resistência”.

O sistema capitalista atua no intuito de que o ser humano interiorize os seus fracassos, assuma culpas e erros, que se considere um perdedor e, conseqüentemente, ignore seus valores e autoestima, tendo como único parâmetro, sua própria destruição. Nessa conjuntura, a escola é violenta. Está atrofiada, anestesiada e tragada por um capitalismo feroz. Numa sociedade que se alimenta da mesmice, não há o surto da mudança. Nessa lógica capitalista, a terra é tratada como mercadoria. Através de seus mecanismos perversos, transformam em escombros o que antes era territorialidade e ancestralidade.

Por outro lado, o Movimento atua no resgate da dignidade humana. Defende a concepção da terra, como valor de uso. Constrói opções e caminhos para que a escola do campo e a educação popular sejam instrumentos na luta contra o capital. Nessa conjuntura, as rebeldias são sempre bem-vindas. Para Portelli (1997, p. 19): “Na busca pela diferença, não podemos nos esquecer de que também acalentamos um sonho de compartilhar, de participar, de comunicarmo-nos e de dialogar”.

O texto apresentado, de maneira alguma, pretende esgotar os estudos sobre a formação política dos militantes, mas refletir acerca das dificuldades encontradas e dos avanços conquistados no que toca a dimensão educativa e o fazer pedagógico nos acampamentos e assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Provocar o debate é uma das nossas intenções para construção de novos valores e relações.

REFERÊNCIAS

BICALHO, Ramofly. Interfaces da educação do campo e movimentos sociais: possibilidades de formação. **Revista Pedagógica**, v. 20, p.81-100, 2018.

BICALHO, Ramofly. História da educação do campo no Brasil: o protagonismo dos movimentos sociais. **Teias**, v. 18, n. 51, p. 210-224, out./dez. 2017.

BICALHO, Ramofly; SILVA, M. A. Políticas públicas em educação do campo: PRONERA, PROCAMPO e PRONACAMPO. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 10, n. 2, p. 135-144, 2016.

BICALHO, Ramofly. Interfaces entre escolas do campo e movimentos sociais no Brasil. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 1, n. 1, p. 26-46, jan./jun. 2016.

BICALHO, Ramofly. Os movimentos sociais do campo e a formação do educador. **Textura Canoas**, v. 18, n. 17, p. 5-26, maio/ago. 2018.

BOGO, Ademar. **Poesia quando chegar na terra**. Terra Sertaneja – Vozes Sem Terra. Letras de músicas. São Paulo, 2002.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A educação popular na escola cidadã**. São Paulo: Editora Vozes, 2002.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Método Paulo Freire**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação Popular**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Intervenções – O Marxismo na Batalha das Ideias**. São Paulo: Cortez, 2006.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Ler Gramsci – Entender a Realidade**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

FREIRE, Paulo; TORRES, Carlos Alberto. **Estado e Educação Popular na América Latina**. Campinas: Papyrus, 1992.

GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais**. São Paulo: Loyola, 1995.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2004.

MACIEL, Karen de Fátima. O pensamento de Paulo Freire na trajetória da educação popular. **Educação em Perspectiva**, v. 2, n. 2, p. 326-344, jul./dez. 2011.

MASSELLI, Maria Cecília. **Extensão Rural entre os sem-terra**. Piracicaba: Editora UNIMEP, 1998.

MST. Caderno de Formação, nº 30. **Gênese e desenvolvimento do MST.** São Paulo, 1998.

MST. Cartilha de Saúde, nº 5. **Construindo o conceito de saúde do MST.** São Paulo, 2000.

MST. Caderno de Educação, nº 8. **Princípios da educação no MST.** São Paulo, 2000.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado:** da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. Prefácio. In: FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: formação e territorialização.** São Paulo: Hucitec, 1999.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História**, n. 15, 1997.

POKER, José Geraldo Alberto B. **A prática da vida e os desencontros da “libertação”.** Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo, 1994.

SAMPAIO, Plínio de Arruda. In: **MST – XVII encontro estadual**, textos para estudo e debate. Iaras, SP: 2001.

Enviado em: 09-06-2020

Aceito em: 13-10-2020

Publicado em: 04-03-2021